



**SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze**

**PROJETO DE LEI Nº 6204, DE 2019**

Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nº a nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, a nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, e a nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

**EMENDA SUPRESSIVA - PLEN**

**Suprimam-se os incisos IV e V do Art. 4º e os Arts. 12, 13 e 19 do Projeto de Lei 6.204, de 2019.**

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com o art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Trata-se de importante disposição que reconhece, de modo inequívoco, a centralidade do direito de propriedade na ordem constitucional, colocando-o lado a lado com um dos direitos mais relevantes para um Estado Democrático, que é o direito de liberdade.

O devido processo legal é aquele em que se assegura às partes os princípios do contraditório, da ampla defesa, da motivação das decisões, da paridade de armas, da



SF/22750.55405-07



SENADO FEDERAL  
**Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze**

publicidade, entre outros. Todas essas garantias estão associadas ao processo em juízo, ou seja: é essencialmente no processo travado perante o Poder Judiciário em que se garantem às partes todos os direitos de caráter processual.

Diante disso, torna-se incontestável que os atos expropriatórios estão submetidos à reserva de jurisdição. A propriedade, enquanto direito fundamental e base da ordem econômica, não pode sofrer interferências sem um crivo prévio do Poder Judiciário, mediante o qual se verifique a legalidade e constitucionalidade da expropriação. Por isso, sugerimos a supressão dos dispositivos que conferem ao chamado agente de execução o poder de expropriação.

Sala das Sessões, em 3 de agosto 2022

**Senador LUIS CARLOS HEINZE**  
Progressistas/RS

CSC



SF/22750.55405-07